



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000017-65.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **DENISE CRISTIANE CORREA**
 Requerido: **NELIVIA DOMINGUES LEITE MARACALCHI**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora almeja ao recebimento de indenização para reparação de danos morais que a ré lhe teria provocado.

O relato de fl. 01 dá conta de que a autora foi até o estabelecimento comercial da ré e, após experimentar um vestido, foi chamada por ela de "gorda".

Dá conta ainda de que no desenrolar dos acontecimentos a ré expôs a autora a situação vexatória e constrangedora, pedindo para que ela se retirasse do local.

Em contraposição, a ré na peça de resistência negou que o episódio se tivesse dado daquela maneira.

Refutou ter ofendido a autora com a expressão aludida ou qualquer outra, bem como imputou a ela um primeiro desentendimento com o companheiro que a acompanhava (ele na sequência saiu voluntariamente do estabelecimento) e posteriormente outro sem que houvesse provocação alguma de sua parte.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Assentadas essas premissas, as partes foram instadas a esclarecer se desejavam produzir novas provas, com a ressalva de que em caso de silêncio se reputaria a hipótese negativa (fl. 39).

Somente a ré se manifestou pleiteando a inquirição de testemunhas (fl. 43), permanecendo inerte a autora (fl. 48).

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição da pretensão deduzida.

Isso porque tocava à autora a comprovação dos fatos constitutivos de seu direito, na esteira da regra do art. 333, inc. I, do Código de Processo Civil, mas ela não se desincumbiu minimamente desse ônus.

O Boletim de Ocorrência acostado a fls. 02/03 foi unilateralmente produzido, tendo por isso escasso valor probatório, ao passo que restou caracterizado o desinteresse da autora pelo alargamento da dilação probatória (fls. 43 e 48).

Nesse contexto, a designação de audiência de instrução e julgamento não se afigura necessária porque a produção de provas do conteúdo da contestação passaria pela certeza de que a versão exordial já estaria patenteada.

Como isso aqui não se deu, a providência é despicienda.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 17 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**